

A Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação¹

The War of the Triple Alliance and the Argentinean unification: A reevaluation

Vitor Izecksohn²

vizecksohn@gmail.com

Resumo: O artigo relaciona a condução da guerra contra o Paraguai ao processo de centralização do Estado nacional argentino. A pesquisa centra-se na ascensão do partido Liberal-Unitário e na trama subsequente que trouxe diversas lideranças provinciais para a esfera centralizadora. A mobilização para o conflito contra o Paraguai acelerou o processo de unificação, ao subordinar as lideranças provinciais de forma mais consistente. Essa subordinação se deu através do recrutamento militar e da repressão às oligarquias dissidentes. Nesse sentido, a campanha contra o Paraguai constituiu tanto uma guerra externa como um complemento da longa guerra civil argentina.

Palavras-chave: Argentina, Unitários, Guerra do Paraguai, Nacionalização.

Abstract: This article relates the conduct of the war against Paraguay to the process of state building in Argentina. The research focuses on the rise of the Liberal-Unitarian party and the subsequent plot that brought several provincial leaders into its centralizing sphere. Mobilization for the conflict against Paraguay accelerated the process of centralization, by subordinating provincial leaders more consistently. Such subordination was achieved through a combination of military recruitment and repression against dissident oligarchies. Thus, the campaign against Paraguay was simultaneously an international conflict and a continuation of the long Argentinean civil war.

Keywords: Argentina, Unitarians, War of the Triple Alliance, Nationalization.

Este artigo analisa a relevância da Guerra do Paraguai para a consolidação do poder de Buenos Aires sobre as províncias durante a década de 1860. Ao fazê-lo, ressalto a importância desse desafio para a aceleração do processo de construção do Estado nacional argentino. O caso pode ser associado à perspectiva belicista, na qual a atividade guerreira acelera o processo da construção do Estado e vice-versa (Tilly, 1985; Ertman, 1997, p. 74-80; Levi, 1997, p. 42-70). Essa associação contradiria os resultados apresentados por parte significativa dos estudos a respeito dos conflitos internacionais sul-americanos, para os quais a bibliografia pertinente indica existir uma forte correlação entre a mobilização militar e a desagregação dos Estados beligerantes (Scheina, 2003, vol. 1; Centeno, 2002, p. 261-280). Na Argentina, ao contrário, o esforço de guerra contra o

¹ O autor agradece à John Carter Brown Library e ao Gilder Lehrman Center for the Study of Slavery, Resistance, and Abolition/Yale University pela ajuda para esta pesquisa. Agradece igualmente à bolsista Amanda Amazonas Mesquita e aos dois pareceristas. As traduções dos textos em inglês são responsabilidade do autor.
² Professor do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Largo de São Francisco de Paula, 01, sala 205, Centro, 20051-070, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Paraguai acelerou o processo de nacionalização da política, constituindo episódio raro no conjunto dos conflitos sul-americanos. O caso é particularmente interessante devido à presença de forças brasileiras na província de Corrientes, base de operações para a invasão do Paraguai. Até que ponto a ocupação brasileira daquela província estratégica fortaleceu o Estado central na Argentina?

O problema

A unificação nacional, entendida como o controle de um centro político sobre o território, constituiu desafio complexo nas regiões pertencentes ao antigo vice-reino do Rio da Prata. A coroa espanhola havia dividido formalmente suas possessões americanas em quatro principais unidades administrativas, os vice-reinados. Estes, por sua vez, eram divididos em capitânicas e intendências. Após a separação da Espanha, os líderes americanos proclamaram repúblicas independentes. Porém, como observado por Oscar Oszlak, essas proclamações “precederam a institucionalização de um poder estatal reconhecido dentro do próprio território” (Oszlak, 1981, p. 8). Assim, refletindo a dificuldade geral, não só o nascente Estado argentino carecia do monopólio dos meios de coerção, como também seus limites geográficos permaneceram indeterminados até muito avançado o século XIX³.

Tal como discutido pela literatura especializada, o processo de independência das Províncias Unidas, iniciado em maio de 1810, levou à intensa fragmentação territorial, fortalecida pela crescente entropia institucional dos anos 1810 e 1820 (Halperín Donghi, 1979, p. 316-404; Chiaramonte, 2007, p. 179-230; Shumway, 2001, p. 81-111; Adelman, 2006, p. 344-93). O problema da fundação de uma ordem institucional consistente assombraria os diferentes protagonistas políticos pelas décadas seguintes, envolvendo concepções variadas (e frequentemente antagônicas) a respeito dos arranjos constitucionais, do processo de seleção das elites, da distribuição de poder entre as províncias e Buenos Aires e do debate sobre quais setores da população poderiam ser incluídos como membros de uma herança comum. A concepção de uma nação argentina permaneceu uma ficção geográfica ao longo dos oitocentos, já que boa parte da governança se dava ao nível dos estados provinciais (Garavaglia, 2007, p. 239).

Os arranjos estabelecidos até a década de 1860 falharam na tentativa de estabelecer um consenso mínimo sobre uma união estável entre as províncias e grupos regionais, ainda que o regime de Rosas e a Confederação

que o sucedeu proporcionassem experimentos úteis de convivência entre as províncias e a capital portenha (Gelman, 2009, p. 181-206; Bosch, 1998, p. 245-262). À ideia de um Estado unitário, comandado pela capital, opunham-se correntes federalistas, mais bem definidas como confederativas, que propunham uma divisão de poder com redução substancial da influência exercida pela capital da república. Ressentiam-se, principalmente, do controle alfandegário do porto de Buenos Aires, que era contestado com mais força pelas províncias do Litoral Ocidental: Santa Fe, Entre Ríos e Corrientes.

Uma transformação significativa neste panorama ocorreu após a batalha de Pavón (17 de setembro de 1861), quando o grupo unitário, sob a liderança do portenho Bartolomeu Mitre, assumiu o poder, reafirmando a ascendência de Buenos Aires sobre o território nacional. A vitória do grupo unitário, capitaneado em torno do partido Liberal, acelerou um processo de institucionalização o qual, segundo Ariel de La Fuente, foi impulsionado nas províncias por uma união heterogênea de fatores e pessoas, composta por grupos de oficiais dependentes do governo nacional, pelo crescimento de juizados nacionais, pelo desenvolvimento de obras de infraestrutura e pela sustentação financeira das províncias, cada vez mais dependentes do auxílio do governo central para sua manutenção (De La Fuente, 2007, p. 33-53).

Os fatores que levaram à ascensão dos liberais-unitários são objeto de diferentes versões historiográficas. De acordo com Francis McLynn, esta ascensão decorreu de sua afinidade ideológica com estancieiros e comerciantes orientados para o mercado internacional. Sob essa ótica, a facção rival, federalista, tendia a ser composta por caudilhos tradicionais, cujos vínculos com o capital europeu eram mais tênues que os demonstrados pelos latifundiários ligados ao setor nacionalista (McLynn, 1979). David Rock afirma que os federalistas eram em sua maioria comerciantes que desejavam que Buenos Aires permanecesse “uma cidade-Estado [...] usando as províncias como mercados, uma fonte de mercadorias exportáveis ou base para o suprimento de alimentos, essencialmente como estados tributários a serem explorados ou ignorados conforme a conveniência” (Rock, 1985, p. 121). Para Oscar Oszlak, a crescente pressão militar exercida sobre Buenos Aires pela Confederação permitiu a uma facção política relativamente autônoma do partido Liberal, os unitários, ganhar ascendência sobre os interesses latifundiários, identificados com o fortalecimento no plano interno da conexão entre a província de Buenos Aires e o mercado internacional (Oszlak, 1982, p. 77).

³ Segundo Tulio Halperín Donghi, nos últimos anos do período colonial a província de Buenos Aires recebia 59% das suas rendas da Caixa de Potosí. Metade desse montante era destinada à defesa militar, incluindo a defesa das fronteiras pampeiras (Halperín Donghi, 1982, p. 147-148).

A despeito das diferentes interpretações para a emergência do poder unitário, este processo se beneficiou do enfraquecimento do projeto federalista, que perdia força à medida que o progresso material do porto superava amplamente a estagnação interiorana. Foi perdendo, principalmente, lideranças de estofa nacional, já que a principal referência desse grupo, o ex-presidente Justo José de Urquiza (1801-1870), foi paulatinamente aceitando as regras e práticas impostas por uma concepção unificada da Argentina. Urquiza liderara a rebelião que derrubou Juan Manuel de Rosas em 1851, tornando-se o presidente da Confederação Argentina, sediada na cidade de Paraná. Durante quase uma década liderou o projeto confederativo na sua luta para organizar um Estado nacional descentralizado. Porém, na década de 1860 a influência nacional de Urquiza se tornou puramente nominal. Enquanto o nome do líder de Entre Ríos era evocado pela colmeia de grupos federalistas, sua ação restringiu-se ao âmbito da província de Entre Ríos, que procurou poupar das demandas excessivas dos unitários em ascensão. O comportamento de Urquiza foi seguido por outros líderes regionais Federalistas, que procuraram negociar uma convivência aceitável com o poder unitário ao longo da década de 1860. Alguns conseguiram, ao preço da subordinação ao poder portenho. Outros foram simplesmente alijados ou rebelaram-se, pagando preço alto pela insubordinação.

A recomposição das forças políticas argentinas durante os anos de 1860 foi sustentada pelo crescimento prolongado do setor lanífero, que levou a elite buenairense a concluir que seria possível fazer concessões aduaneiras ao Litoral ocidental. Através da oferta de subsídios aos governos provinciais e da abertura de subscrição para a construção da ferrovia ligando Córdoba a Rosário, os portenhos iniciaram o desmantelamento do sistema de barreiras tarifárias interprovinciais, diminuindo consideravelmente o escopo dos poderes locais, cada vez mais subordinados à ordem nacionalizante em marcha. Aqueles que simultaneamente compartilhavam vínculos com o mercado internacional e almejavam uma rápida pacificação interna da república acomodaram-se ao projeto Unitário através de interesses comuns: investimentos externos, melhorias no sistema de transportes e um Estado mais forte e centralizado, que poderia direcionar esses empreendimentos, dissuadir vizinhos rivais e estabelecer a paz social. Adicionalmente, tal como enfatizado por McLynn, os anos de 1860 testemunharam “um grau acentuado de integração das economias das quatro mais ricas províncias, Buenos Aires, Entre Ríos, Santa Fe e Córdoba [...] O principal impulso para essa integração foi a enorme expansão da ovinocultura” (McLynn, 1980, p. 263). A ampliação da economia pecuária levou os produtores de Buenos Aires

a adquirir terras nas províncias de Córdoba e Santa Fe; dessa forma, “uma política de alianças com as oligarquias provinciais [passou] a fazer sentido para os interesses pecuários” (McLynn, 1982, p. 267-268).

Resistências

Mas os avanços do processo de construção do Estado, ainda que expressivos, mostraram-se incapazes de desarticular completamente as forças federalistas, leais às suas lideranças locais. Os construtores do Estado unitário tinham tomado medidas decisivas e controlavam praticamente todos os governos provinciais, mas não tinham poder para esmagar a gama de forças que por uma miríade de motivos resistiu à nova ordem que se impunha na Argentina republicana. Portanto, o Estado nacional carecia de um grau elevado daquilo que Michael Mann define como “poder despótico”, isto é, a capacidade de impor diretivas sem o recurso da negociação, ainda que a força fosse utilizada com frequência, através da criminalização dos adversários (Mann, 1992). As implicações dessa situação para atividades como a coleta de impostos, o funcionamento do sistema judiciário e o recrutamento militar eram evidentes. Segundo Hilda Sabato, o projeto de unificação nacional dos liberais confundia-se “en posturas diversas que respondían a diferentes versiones de cuál debía ser la relación entre el Estado y las provincias” (Sabato, 2014, p. 268). Portanto, a construção do poder público avançava vagarosamente, misturando negociação e uso da força, apoiando-se em lideranças locais. Suas chances de sucesso encontravam-se ligadas à capacidade de dotar a república de estabilidade e continuidade (artigos até então escassos nas paragens platinas), convencendo os adversários das vantagens que teriam em aderir ao projeto Unitário, ou dos custos que teriam quando se opusessem ao avanço de uma ordem nacionalizante.

A unidade territorial argentina fora proclamada, mas sua existência de fato ainda era muito precária. O localismo resistiu à interferência do poder central em questões específicas, particularmente no recrutamento de soldados dentre os clientes e agregados dos caudilhos regionais. Os espíritos continuaram exaltados, num estado latente de revolta e suspeita face às intenções mitristas, ainda que a habilidade dos federalistas de contrapor-se às demandas unitárias fosse cada vez menor. A facção unitária governava através do partido Liberal, é certo, mas a capacidade de aplicar leis uniformes variava conforme a província e a permeabilidade de suas lideranças às demandas centrípetas. Os seis anos de governo de Bartolomeu Mitre (1862-1868) seriam marcados por revoltas em quase todas as províncias, enquanto seus aliados no interior lutavam para desalojar os federalistas

mais renitentes, relutantes em emular o colaboracionismo do general Urquiza com os centralizadores portenhos. Não menos que 117 mudanças imprevistas de governos locais ocorreram durante o mandato de Mitre (Rock, 1985, p. 126). Durante momentos-chave, esses conflitos intra-elites abriram caminho para a ação coletiva popular: as respostas do regime a essas ameaças interagiram com suas atividades diplomáticas e militares na bacia do Prata em circunstâncias que aceleraram o processo de construção do Estado. É nesse sentido que a repressão às revoltas federalistas e a guerra contra o Paraguai se conectam.

A Guerra Argentina

O maior desafio interno veio das províncias de La Rioja e Catamarca nos anos de 1862-1863, onde se formou uma coalizão antiunitária. Particularmente importante foi a habilidade do líder federalista Angel Vicente Peñaloza (El Chacho) para obter suporte a sua *montonera*.⁴ Esse apoio proveio não apenas dos setores populares, como também dos produtores rurais, que se sentiam ameaçados pela interferência de Buenos Aires em seus contatos comerciais com o Chile (Romero, 1978 p. 47-56). Numa proclamação feita em março de 1863, Peñaloza repeliu os acordos de unificação, conclamando as províncias argentinas à rebelião. Ele esperava contar com o apoio do Litoral Ocidental e a adesão de Urquiza, os quais não se materializaram. Ainda assim, Peñaloza levou adiante a rebelião e, durante os oito meses de luta que se seguiram, sua *montonera* capturou a cidade de Córdoba, mantendo sua posse por duas semanas, antes de ser derrotada por uma coalizão de unidades das guardas nacionais comandadas respectivamente por Domingo Faustino Sarmiento e pelos irmãos Taboada.⁵ Peñaloza seria assassinado a sangue frio após render-se a seus perseguidores. Em termos de repressão, os métodos dos unitários eram tão ou mais violentos que os dos caudilhos federalistas (Segrete, 1971, p. 231-268; De La Fuente, 2007, p. 155-192).

A revolta de Peñaloza alarmou os construtores do Estado. Os insurgentes haviam contado com apoio chileno, numa aliança informal que apontava para a forte conexão entre as revoltas internas e as relações transandinas. Os planos de Mitre para a Argentina sugeriam a destruição das bases de apoio internacional às províncias dissidentes no interior, para evitar o colapso da precária unidade adotada em 1862. Desestabilizar o Chile estava além da

capacidade dos unitários. Mas outras situações no Prata ofereciam possibilidades mais claras de sucesso. O porto de Montevideu era uma alternativa ao de Buenos Aires, ao mesmo tempo em que os blancos uruguaios, então no poder, constituíam aliados potenciais dos federalistas argentinos no Litoral. De acordo com Moniz Bandeira, por volta de 1859 o porto de Montevideu “tornara-se o principal escoadouro das mercadorias oriundas de Entre Ríos e Corrientes. Cerca de 50% de suas exportações de couro e 25% das de charque [...] procediam da Argentina” (Moniz Bandeira, 1998, p. 165). Não causa espanto, portanto, que, simultaneamente ao despertar da revolta de Peñaloza em La Rioja, Mitre tenha dado o sinal verde para que seu aliado (e líder do partido Colorado) Venâncio Flores invadisse o Uruguai, visando à derrubada do presidente Bernardo Berro (um aliado dos federalistas argentinos).

A revolta de Flores recebeu o apoio dos estancieiros rio-grandenses, cujos interesses eram afetados pelas medidas nacionalizantes tomadas pelo governo blanco. O apoio dos estancieiros brasileiros levou a represálias dos blancos e subsequentes queixas dos emigrados ao governo imperial. Alegavam restrições ao seu direito de ir e vir pela fronteira. Queixavam-se de limitações ao transporte de gado para as charqueadas em Pelotas. E solicitavam o auxílio imperial na recuperação dos escravos que fugiam pela fronteira (Menegat, 2017, p. 365-378). O Brasil se envolveria diretamente no conflito através de uma intervenção militar iniciada em agosto de 1864.⁶ Em face dessa incomum aliança entre o Brasil e a Argentina, os blancos pediram ajuda ao governo paraguaio do ditador Francisco Solano López. A preocupação de López com o intervencionismo brasileiro e sua defesa de uma pretensa “balança de poder” no estuário do Prata levaram-no a abandonar a tradicional neutralidade paraguaia e invadir a província de Mato Grosso em dezembro de 1864 (Abente, 1987, p. 47-69). A invasão paraguaia marca o início oficial da guerra da Tríplice Aliança. A seguir, Solano López solicitou autorização a Mitre para que suas forças atravessassem o território argentino em direção à província brasileira do Rio Grande do Sul. Após a rejeição do pedido de López pelo governo argentino, o Paraguai declarou guerra à república vizinha (Lynch, 2001, p. 625-694; Pivel Devoto, 1949, p. 403-638; Doratioto, 2002, p. 40-58).

A decisão do ditador Francisco Solano López de invadir Corrientes, passando pela região de Misiones (então sob litígio entre os dois países), precipitou os

⁴ *Montoneras* geralmente foram forças irregulares, de extração local-rural, comandadas por um caudilho ou líder. Foram muito comuns nas guerras civis do Prata (Davis e Pereira, 2003, p. 387-408; De La Fuente, 2005, p. 267-292).

⁵ Os irmãos Taboada eram uma oligarquia de Santiago Del Estero. Os unitários não dispensavam o concurso de caudilhos regionais quando estes serviam à causa. Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) era o autor de *Facundo*, um dos mais influentes trabalhos do pensamento político argentino. Sarmiento, que seria eleito presidente em 1868 era, naquele momento, governador de San Juan.

⁶ Uma das reclamações frequentes dizia respeito à fuga de escravos através da fronteira uruguaia (Matheus, 2012, p. 205-252).

acontecimentos. A invasão paraguaia à província de Corrientes em abril de 1865 constituiu a mais séria ameaça à paz interna argentina. Até então, a república proclamara sua neutralidade no conflito entre o Paraguai e o Brasil. Mitre sabia que, em caso de guerra, o Litoral Ocidental da república constituiria o principal teatro de operações e procurou, inicialmente, evitar a repetição de situação similar à do estado sulista da Virgínia na Guerra Civil Americana.⁷ O presidente argentino também tinha clareza de que a influência paraguaia nas províncias de Corrientes e Entre Ríos poderia ser instrumentalizada em favor das demandas autonomistas daquelas regiões, situação que comprometeria o processo de nacionalização em curso.

Da mesma forma que rejeitavam uma aliança com os paraguaios, os unitários mantinham laços com os colorados uruguaios, aliados do Império na guerra civil em curso naquela república. O líder colorado, Venâncio Flores, havia lutado ao lado de Mitre em Pavón. Especificidades da política interna brasileira, relacionadas aos interesses dos estancieros rio-grandenses, ligavam os interesses do Império aos dos unitários argentinos. Portanto, ainda que oficialmente neutros, os unitários apoiavam a intervenção brasileira em favor dos colorados e dos estancieros rio-grandenses ali estabelecidos, na medida em que o ataque aos blancos reforçava sua posição interna. Mas o apoio aos colorados tinha custo político pequeno, enquanto uma possível guerra contra o Paraguai implicaria, pelo menos em tese, uma incerta coesão das principais províncias contra um inimigo externo culturalmente muito próximo às populações do norte⁸.

A ocupação paraguaia da província de Corrientes proporcionou a Mitre a oportunidade de passar de uma posição de colaborador informal para uma aliança aberta com o Império brasileiro. A Argentina, o Brasil e o Uruguai (efetivamente governado por Flores) constituíram a Tríplice Aliança contra o Paraguai. A adesão argentina à guerra movida pelo Brasil bloquearia o acesso do Paraguai às fontes de insumos tão necessárias ao abastecimento do seu exército, especialmente após a destruição da frota paraguaia na batalha fluvial do Riachuelo (11 de junho de 1865). A partir desse ponto, a derrota total do Paraguai era uma possibilidade previsível do ponto de vista dos recursos em jogo, mas a resolução de uma guerra não era algo que obedeceria irrestritamente às disparidades de seus contendores. As derrotas iniciais dos paraguaios não levaram seu governo a pedir o armistício, levantando o

problema da coesão dos adversários, uma questão delicada numa região de unificação recente, na qual um sentimento de nacionalidade ainda não se cristalizara.

A precária coesão social que poderia existir na Argentina dissipou-se rapidamente, pois a longa campanha e o recrutamento de soldados tornaram-se incompatíveis com os interesses provinciais. A transferência de trabalhadores era vista com suspeição, muitas vezes com indignação, tal como expresso numa proclamação do caudilho riojano Felipe Varela, para quem “Ser porteño es ser ciudadano exclusivista; y ser provinciano, es ser mendigo sin patria, sin libertad, sin derechos. Esta es la política del gobierno Mitre”.⁹ Essa situação revela o descontentamento dos interesses provinciais e a importância de suas lideranças no atendimento das demandas locais, especialmente no que se refere à isenção ao recrutamento, um pavor permanente das populações rurais. Revela, também, que em muitas províncias o recrutamento para a guerra era associado com uma continuidade do processo de subordinação ao poder central em curso desde 1861.

Para as elites das províncias interioranas o problema estava justamente na incapacidade de definir qual das propostas de aliança melhor atendia a seus interesses: o centralismo portenho ou o expansionismo paraguaio. A possível aliança entre o Paraguai e os federalistas só fazia sentido no contexto de oposição aos unitários. O Paraguai, uma república autárquica, com governo fortemente centralizador, pouco tinha em comum com os ideais localistas e confederativos dos federalistas argentinos. No máximo, seu exemplo poderia ajudar na consecução de projetos locais de poder, mas nada tinha a oferecer ao estabelecimento de uma nação confederativa, exceto possibilidades, vagas, de enfraquecimento dos unitários. Daí que o pedido paraguaio de passagem pelas províncias de Corrientes e Entre Ríos, para ajudar seus aliados blancos, tenha constituído tema central da correspondência trocada entre Mitre e o General Justo José de Urquiza nos primeiros meses de 1865. Como observado por Natalio Botana, “Mitre y Urquiza fueron los protagonistas decisivos de la organización nacional argentina”. Uma rivalidade na qual, “pese a las penosas vicisitudes de una década, concluyen fundando un orden constitucional” (Botana, 1990, p. 3).

Mas a correspondência também revela que inicialmente Urquiza aceitava a passagem de forças paraguaias pelo território argentino para atacar o Brasil no Rio Grande do Sul, enquanto Mitre opunha-se a essa possibilidade.

⁷ Como litoral nordeste estou considerando apenas as províncias de Corrientes, Entre Ríos, Santa Fe, El Chaco e Misiones, que são as províncias banhadas pelos grandes rios da bacia do Prata. A Virgínia foi o principal teatro de operações da Guerra Civil Americana. Nos últimos dois anos do conflito, as forças confederadas, comandadas pelo general Robert E. Lee, confrontaram-se com o exército invasor da União, comandado pelo general Ulysses S. Grant (McPherson, 1988, p. 718-806).

⁸ Narrativas detalhadas sobre as etapas iniciais das guerras incluem Doratioto (2002, p. 97-195) e Whigham (2002, p. 257-350).

⁹ Proclamação de Felipe Varela, em 06 de dezembro de 1866 (*in* Sabato, 2014, p. 267).

Garantir a continuidade da neutralidade do ex-presidente da Confederação e grande liderança provincial era fundamental para a paz interna da república, pois, em princípio, continha os impulsos de outras lideranças regionais, seja para apoiar os intentos bélicos do Paraguai, seja para simplesmente tirar vantagem do caos que uma possível invasão paraguaia traria às províncias do Norte. A balança pendia contra um apoio organizado à causa paraguaia e uma aliança com o Império acenava com perspectivas melhores para as forças centripetas.

A estratégia de guerra argentina conjugou mobilização interna com esforços diplomáticos até então inéditos. A assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 1º de maio de 1865 permitiu a presença de um grande contingente brasileiro no nordeste da república, além da livre navegação da esquadra imperial nos rios Paraná e Paraguai. Em troca, Mitre assumiu o comando das forças da Tríplice Aliança. Tratava-se de uma situação difícil para ambos os lados: para os brasileiros, porque seus generais e soldados deveriam lutar sob o comando de um general estrangeiro; para os argentinos, devido à ocupação de parte de seu território por tropas imperiais. Para as semiautônomas províncias do litoral, a presença brasileira era impopular, tal como expresso por Urquiza, para quem, inicialmente, uma aliança com o Brasil era inaceitável. Em carta dirigida a Mitre, em fevereiro de 1865, o líder entrerriano se opunha a essa eventualidade em termos que a diferenciavam da bem-sucedida aliança anti-Rosas de 1851, na qual havia lutado junto às forças brasileiras: “He calificado la alianza con el Brasil de odiosa, porque así lo es para el país, porque tal es el sentimiento general que V.E. tiene ocasión de apreciar también. Si no la fue el año [18]51, en otra situación y con un grande fin, lo es hoy indubitablemente”.¹⁰

A decisão de participar

Se os brasileiros encontravam-se divididos no apoio à guerra, o entusiasmo guerreiro na Argentina parece ter se limitado desde o início das operações aos clientes diretos do Estado, especialmente aos fazendeiros e comerciantes que lucravam com o fornecimento aos exércitos. Os partidários de Mitre eram conhecidos como “o partido dos fornecedores” (Rock, 1985, p. 129). Boa parte da população tendia a perceber a guerra como uma questão entre o Paraguai e o Brasil. Com exceção da província de Corrientes, que sofreu as consequências da ocupação, houve pouca revolta contra as ações guaranis, geralmente identificadas como hostis aos brasileiros.

Até a Guerra do Paraguai, a Argentina contava com um exército nacional pouco expressivo, dependendo dos esforços das lideranças provinciais para o suprimento dos soldados. Essa provisão era executada a partir dos destacamentos das guardas nacionais locais, incorporadas ao exército nacional (Garavaglia, 2007, p. 311-342; Phelps, 1975, p. 105). Inexistia, igualmente, um sistema de intendência para a compra e o provisionamento de víveres. As tropas eram supridas diretamente por firmas comerciais como *Lezica y Lanús*, que também ganharam bastante dinheiro abastecendo os brasileiros. A deficiência militar era acentuada pelas dificuldades políticas impostas ao processo de centralização. As posições federalistas na Argentina possuíam um apelo bem mais forte que no Brasil e ainda se apoiavam na Constituição de 1853. A reforma desse documento, em 1860, não expurgou essa forte conexão. Quando a perspectiva de uma vitória rápida se dissipou, ficou claro que a derrota do Paraguai passaria por um controle mais intenso das províncias litorâneas, sem as quais a invasão da república guarani se tornava impossível. Passaria, também, pela capacidade de cobrar tributos de províncias mais distantes do teatro de operações, como *La Rioja*, *Catamarca*, *Mendoza* e *San Juan*. Tratava-se de regiões esparsamente povoadas que já se ressentiam das guerras civis regionais, intensificadas após *Pavón*. Regiões cujo comércio internacional com o Chile se ressentia das transformações em curso com a nacionalização da economia argentina. Regiões, enfim, cuja integração ao novo desenho da república era lenta e problemática. A guerra, portanto, trouxe uma mudança na escala do uso da força, produzindo transformações que afetariam o frágil equilíbrio entre Buenos Aires e as províncias, redefinindo o mapa institucional da Argentina.

Nas províncias, os federalistas sabotaram os esforços para a organização de um grande exército. Mesmo a liderança de Justo José de Urquiza, que nominalmente apoiava a guerra, encontrou enormes dificuldades para mobilizar a milícia da sua província. Luc Capdevila assinala que, no início de julho de 1865, um quarto do exército de Entre Ríos, comandado por Urquiza, desertou do acampamento de *Basualdo*, pois seus soldados se recusavam a lutar contra os paraguaios (Capdevila, 2010, p. 88). Entre Ríos constituiu um caso curioso porque ali a liderança, por mais comprometida que estivesse com o esforço de guerra, não obteve a adesão dos seus seguidores, seja entre os líderes milicianos, seja entre a população que os seguia. O recrutamento era visto como responsabilidade única de Buenos Aires e sua execução causou grande ressentimento em várias províncias. No entanto, as

¹⁰ Justo José de Urquiza a Bartolomeu Mitre. San José, 8 de fevereiro de 1865 (*in* Botana, 1990, p. 25).

críticas mais contundentes partiram de setores dissidentes da elite, que viam com muitas reservas a aliança com o Brasil. Como observou o general Wenceslao Paunero, “la idea de ir al Paraguay es un fantasma que tiene aterradas a estas gentes” (Baratta, 2015, p. 216).

A imagem negra na mente platina

A Guerra do Paraguai foi travada em muitos *fronts*. Para os paraguaios e seus aliados nas províncias argentinas, a propaganda tornou-se um campo de batalha alternativo na luta desesperada pela sobrevivência. O escritor e político Juan Bautista Alberdi (1810-1884) fez a mais importante condenação pública do conflito. Alberdi era o mentor da Constituição argentina de 1853 e seu livro *Bases y puntos de partida* servira como alicerce da mesma (Alberdi, 1990). Devido às divergências com Mitre, com os unitários e com Urquiza, encontrava-se autoexilado em Paris. Entre os anos 1865 e 1866, Alberdi escreveu uma série de artigos condenando a participação argentina na guerra. Os artigos, reunidos posteriormente sob o título *La Guerra del Paraguay*, tinham um objetivo claro: minar a posição de Mitre, abrindo a janela para o renascimento de uma direção federalista.¹¹ Alberdi via a guerra como uma conspiração unitária em escala continental. No extremo, ele a comparava com a instalação da monarquia no México, uma tentativa de destruir o republicanismo americano. Nesse contexto, o governo de Mitre era retratado como traidor da causa nacional ao utilizar a prerrogativa de comandante em chefe para reprimir as dissidências internas, abrindo um novo ciclo de uma velha contenda:

*La política actual del general Mitre no tiene sentido común si se la busca únicamente por su lado exterior. Otro es el aspecto en que debe ser considerada. Su fin es completamente interior. No es el Paraguay, es la República Argentina [...]. No es una nueva guerra exterior: es la vieja guerra civil, ya conocida, entre Buenos Aires y las provincias argentinas, si no en las apariencias, al menos en los intereses y miras positivos que las sustentan.*¹²

Alberdi apresentou a guerra como o resultado do expansionismo brasileiro. Sua principal hipótese era que o calor tórrido do clima brasileiro era adequado somente ao

trabalho escravo, impondo limites à vigência do trabalho livre no território do Império. A conclusão da Guerra Civil nos Estados Unidos acenava com um final próximo da escravidão no Brasil. Por essa razão, o Império buscava terras temperadas no estuário do Prata, para as quais pudesse atrair trabalhadores livres da Europa, a fim de branquear a população e produzir alimentos. A ambição territorial brasileira levaria à subordinação das populações livres, tanto do Paraguai quanto das províncias. Uma vitória brasileira significaria a desnacionalização do litoral argentino e, possivelmente, a incorporação do Paraguai ao Império:

Tal ha sido hasta aquí la razón de ser de estos escritos [...]: resistir, protestar, oponerse al plan tradicional del Brasil, renovado esta vez con proporciones aterrantemente de reconstruir su imperio en detrimento del pueblo, del suelo y del honor de las repúblicas del Plata (Alberdi, 1988, p. 11).

A causa paraguaia estaria protegendo o novo mundo contra o expansionismo escravista brasileiro. A principal consequência de uma vitória do Império seria a expansão territorial e a substituição de uma população “nativa” branca por grupos mestiços. Da perspectiva alberdiana, a participação argentina na guerra, além de um erro, constituiria uma traição dos unitários à própria ideia de nação, especialmente porque a população era historicamente hostil aos interesses do Brasil no Prata. Alberdi chegou mesmo a prever um eventual rompimento entre as duas nações pelos espólios do Paraguai no pós-guerra – previsão essa que se confirmaria parcialmente, ainda que de forma diferente daquela prevista nos artigos.

O Império era criticado particularmente por buscar o controle fluvial do Rio da Prata, numa alusão à antiga ambição portuguesa. A tese do expansionismo mostrou-se eficaz, pelo menos como ameaça. Mostrou-se funcional principalmente como alicerce à construção de uma visão alternativa do conflito, que desde então serve como argumento a revisionismos históricos de matizes distintos, englobando tanto correntes autoritárias como adeptos da Teoria da Dependência, peronistas, protofascistas, marxistas.¹³ Todos os grupos que de alguma maneira identificaram no unitarismo um mal de raiz da história argentina acabariam se apropriando de alguma porção da crítica alberdiana nos cem anos que se seguiram ao final do conflito.

¹¹ Os escritos de Alberdi sobre a guerra do Paraguai são: “Las disensiones de las Repúblicas del Plata y las Maquinaciones del Brasil” (março de 1865); “Los intereses argentinos en la Guerra del Paraguay con el Brasil” (julho de 1865); “Crisis permanente en las repúblicas del Plata” (fevereiro de 1866); “Texto e comentario del tratado secreto de la Triple Alianza contra el Paraguay” (maio de 1866). Em 1869, esses artigos foram editados num único volume intitulado *La Guerra del Paraguay*. Utilizo a edição argentina de 1988, publicada em Buenos Aires pela editora Hispanoamérica.

¹² Alberdi (1988, p. 139). Uma análise mais recente do conjunto desses escritos pode ser encontrada em Crespo (2014, p. 270-311).

¹³ Para uma síntese do revisionismo, Brezzo (2011).

Raça e nação

As posições sobre a escravidão brasileira, apresentadas no texto, mostram uma curiosa transformação quando comparadas à visão anterior da escravidão, tal como apresentada em *Bases y puntos de partida*. Neste último trabalho, Alberdi considerava a escravidão no Brasil como uma instituição compatível com a democracia, comparando-a à do Sul dos EUA, onde a população branca possuía plenos direitos políticos. Nos textos sobre a Guerra do Paraguai, ao contrário, Alberdi parece ter se apropriado de argumentos próprios da teoria norte-americana conhecida como “slave power”. Através dessa retórica, lideranças nortistas ligadas ao partido do solo livre e aos republicanos disseminaram uma teoria conspiratória, segundo a qual os setores escravistas do Sul desejavam colonizar o governo federal e reduzir o status dos trabalhadores livres ao dos escravos sulistas. Sem entrar em detalhes sobre as implicações dessas ideias na política americana, é preciso ressaltar que a transplantação alberdiana do argumento caprichou nos detalhes racistas:

Los pueblos de origen español no podrían ver con indiferencia la absorción de que están amenazados sus hermanos del Plata, por un imperio de raza portuguesa, alterada fuertemente por la mezcla de razas de color, pues tal absorción sería un argumento tristísimo de inferioridad en contra de la América antes española (Alberdi, 1988, p. 116).

Não importava se a visão alberdiana correspondia ou não à realidade. Esse ponto de vista foi bastante eficiente para cristalizar uma visão negativa das intenções brasileiras na guerra. Positivismo e determinismo racial eram perspectivas interconectadas na segunda metade do século XIX. Sob esses pontos de vista pseudocientíficos, era fácil classificar a presença brasileira como imperialista, elevando o Paraguai à condição de campeão da causa americana. Os textos de Alberdi proporcionaram uma justificativa intelectual para a propaganda antiguerra nas províncias, pois abasteceram a imprensa platina com argumentos racistas e antiexpansionistas, especialmente na imprensa de trincheira paraguaia, que associou o exército invasor a estereótipos raciais que reforçavam a ideia de que a derrota de López equivaleria à escravização da população paraguaia.

Durante o primeiro ano das operações (1865), a província argentina de Corrientes fora ocupada durante três meses pelos paraguaios. A população daquela provín-

cia se ressentia da subordinação a Buenos Aires, ainda que o progresso material dos últimos anos tivesse aproximado suas elites de uma perspectiva nacionalizante. Correntinos e paraguaios compartilhavam valores semelhantes derivados da cultura: língua, composição étnica e aspirações autonomistas. Durante os anos de 1840, no contexto da luta contra Rosas, ambos os governos assinaram tratados de defesa. A despeito da forte identidade, a ocupação paraguaia não foi bem vista pela população correntina. A chegada das tropas da Tríplice Aliança foi igualmente repudiada, fato que minou a simpatia local pelos esforços de guerra, criando embaraços para os militares brasileiros.

A frágil economia correntina foi severamente afetada pela ocupação paraguaia, tanto pelos saques e requisições quanto pela interrupção do comércio com o resto do país. A situação deteriorou-se ainda mais com as terríveis condições sanitárias que prevaleciam nos acampamentos aliados, próximos à capital. A concentração de tropas em torno da cidade de Corrientes, a partir de outubro de 1865, trouxe uma epidemia de cólera morbus que deteriorou a relação já tensa entre correntinos e brasileiros. A disseminação da epidemia afetou a população local. De acordo com o então capitão de engenharia Benjamin Constant, de uma população original de 16 mil pessoas, metade se refugiou no interior por medo de ambos: a contaminação e o recrutamento. Descrevendo os detalhes em carta enviada ao sogro, Constant sublinhou o forte racismo dos correntinos sobre os brasileiros:

Esta província apenas começava a desembaraçar-se das garras do Cólera, está já a braços com uma revolução que pode ser que aborte com as medidas repressivas que se tem tomado por nossa parte; porém pode também desenvolver-se com toda a intensidade tanto mais quando há um elemento importante que a nutre e serve de base, e é o ódio contra nós muito antigo e inveterado, mas que subiu de ponto com a invasão do Cólera nesta província. Dizem os correntinos além de todos os males que lhes trouxemos veio como contrapeso o cólera devastar sua população e que se não fossem os “macacos” nunca a epidemia os teria invadido. Não podes fazer ideia como estão revoltados contra nós.¹⁴

Revoltas provinciais contra o recrutamento

As províncias do Litoral (Entre Ríos, Corrientes e Misiones) eram estratégicas para a provisão de recursos para as tropas brasileiras. Constituíam também a base

¹⁴ Benjamin Constant para Cláudio Luís da Costa. Corrientes (Argentina), 11 de abril de 1867 (in Teixeira Mendes, 1894, p. 146; Izecksohn, 2002, p. 100; Lemos, 1999, p. 155).

para a invasão do Paraguai. Entretanto, após a derrota da Aliança na batalha de Curupaity (setembro de 1866), o governo argentino teve que encarar revoltas nas províncias do interior. O primeiro motim ocorreu em 9 de novembro de 1866, quando tropas enviadas a La Rioja para escoltar recrutas amotinados aderiram aos prisioneiros, derrubando em seguida o governador da província. Em fevereiro de 1867, cerca de 4 mil insurgentes liderados por Felipe Varela, um antigo subordinado de El Cacho Peñaloza, assumiu o controle da maior parte da região de Cuyo (Mendoza, San Juan, San Luis e La Rioja), onde a situação econômica e o avanço do recrutamento levaram ao crescimento exponencial da insatisfação popular. De San Luis, San Juan, La Rioja, Catamarca, Salta e Jujuy, a onda de revoltas ameaçou Córdoba, Santa Fe, Entre Ríos e Corrientes, locais em que a posição dos unitários já não era particularmente forte. Nas províncias pauperizadas do interior argentino, o regime de Mitre representava uma ameaça a um estilo tradicional de vida agrária. Além disso, o financiamento para a Guerra do Paraguai era feito através da suspensão (parcial ou total) dos subsídios prometidos à medida que os direitos de exportação eram convertidos para o pagamento das despesas militares. Segundo Ariel de La Fuente, “los líderes de la montonera movilizaban los gauchos apelando a sus percepciones del mismo Estado que los reclutaba” (De La Fuente, 2007, p. 229).

A *montonera* de Varela espalhou-se pelo interior. Apelando para “paz y amistad con Paraguay y unión con las repúblicas americanas”, Varela não apenas obteve a adesão dos gaúchos, camponeses e artesãos locais como também recebeu homens, munição e apoio moral dos governos chileno e boliviano. Mais uma vez a fraqueza do movimento residiu na falha em obter o apoio esperado do general Urquiza, em Entre Ríos. Urquiza, cuja riqueza pessoal aumentou substancialmente durante a guerra, tornou-se um cliente comercial do Império brasileiro e dos fornecedores argentinos. Não apenas se absteve de oferecer apoio aos insurgentes como também proibiu a circulação dos jornais entrerrianos que divulgavam notícias simpáticas à rebelião. O colaborador de Urquiza em Córdoba, o governador Luque, foi um ativo aliado de Mitre na repressão à revolta de Varela, que eventualmente foi derrotada da mesma forma como havia acontecido no caso de Peñaloza.¹⁵ Em 10 de abril de 1867, as forças de Varela foram dizimadas na batalha de Pozo de Vargas, travada na província de La Rioja. Quando um oficial unitário passou pelos Llanos numa viagem entre San Juan e La Rioja, escreveu em seu diário que uma das populações das localidades por onde passara “Más parece habitada

por animales que por gentes [...] no hay sino mujeres feísimas o uno o otro viejo o muchacho desvalido que inspiran pena por su desnudez y la angustia que reflejan sus semblantes”.¹⁶

As consequências práticas do caos nas províncias foram rápidas: a onda de revoltas forçou o líder argentino a abdicar do comando militar da Tríplice Aliança, simultaneamente retirando 6 mil homens do *front* paraguaio, reorganizados como o “Exército Pacificador” despachado a Cuyo. Mitre renunciou ao comando em fevereiro de 1867, dedicando-se daí em diante a comandar a repressão à rebelião. Essa atitude deu aos oficiais brasileiros o controle completo sobre as decisões estratégicas relativas tanto às operações em Corrientes como às ações contra o exército paraguaio. Ainda que um resíduo das forças argentinas continuasse integrando a Tríplice Aliança, o faria como forças subordinadas aos comandos do Marquês de Caxias e do Conde D’Eu. As forças militares brasileiras proveram a maioria dos corpos que participaram das etapas mais severas da campanha, que consistiram na tomada da fortaleza de Humaitá e na destruição do exército paraguaio em todos os pontos em que este tentou se reorganizar. Para enfrentar estas tarefas, o governo imperial precisou reforçar o recrutamento de soldados tanto no Rio Grande do Sul (organização do Terceiro Corpo) como nas províncias do Nordeste brasileiro, visando à preparação de uma nova ofensiva, simultaneamente reforçando a paz no litoral argentino e deixando o caminho livre para a “pacificação” do interior daquela república. O esforço militar da Tríplice Aliança recairia quase totalmente nas forças brasileiras até a morte de Solano López em Cerro Corá no dia 1º de março de 1870. A Argentina permaneceria um aliado nominal a partir desse momento, e sua continuidade na união foi mantida devido às cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança que impediam uma paz em separado com o Paraguai.

A crise argentina foi atentamente acompanhada pelas lideranças brasileiras. Temia-se a ruptura da aliança e uma paz em separado com o Paraguai. As elites brasileiras subestimaram tanto a liderança de Mitre como a neutralidade de Urquiza. Este último era visto como um possível desertor da causa aliada, cuja posição estaria ameaçada no caso da eclosão de uma guerra civil em escala nacional. Essa perspectiva foi exposta numa carta confidencial enviada pelo ministro da Guerra ao presidente do Rio Grande do Sul, na qual o ministro relacionava a crise argentina à necessidade de aumentar o contingente do exército imperial até mesmo através da libertação de escravos para o alistamento:

¹⁵ Para a encruzilhada do poder político em Entre Ríos, ver Schmit (2010, p. 121-145).

¹⁶ Diário de Hilario Lagos (in De La Fuente, 2007, p. 225).

*A revolução, que na Confederação Argentina rebe-
tuiu com grande intensidade e pode tornar-se uma
revolução nacional, reclama que o destaquem já do
Exército Aliado forças argentinas para suplantar a
rebelião, o que enfraquecerá as forças em operações
contra o governo do Paraguai, e até nos pode colocar
na contingência de continuarmos a fazer a guerra
sem o auxílio dos aliados. Devemos estar prevenidos e
acautelados tanto mais que, se o general Justo José de
Urquiza envolver-se na revolução, como se suspeita,
sérios embarços surgirão, e para removê-los cumpre
estarmos fortemente preparados. Necessário é redob-
brarmos os esforços para quanto antes engrossarmos as
nossas forças, e o governo Imperial, à vista do que deixo
exposto, espera que V. Ex.^a ative, energicamente, a
reunião dos contingentes que devem formar o 3º Corpo
do Exército e possa este, com a maior urgência, seguir
o destino que lhe está marcado. Cumpre que V. Ex.a
para o mesmo fim anime a liberdade dos escravos que
se destinam ao serviço quer oferecidos gratuitamente,
quer mediante a quantia designada pelo Ministério
da Fazenda. O governo Imperial considera relevante
o serviço da liberdade de escravos para servirem no
Exército, e sempre recomenda a munificência Imperial
aos cidadãos que o prestam.¹⁷*

As tropas brasileiras estacionadas em Corrientes também entraram em vigilância. Além da insatisfação com sua posição, com a alimentação deficiente e com o atraso nos salários, os oficiais também tinham pouca confiança na lealdade da população local. A liderança do governador de Corrientes já não era capaz de assegurar a subordinação de seus concidadãos ao esforço de guerra, que no caso consistia em apoiar a posição do exército imperial. De sua posição como capitão do exército na retaguarda, Benjamin Constant descreveu a tensão entre a tropa e a população local;

*Falou-se aqui e tomou-se até providências com as
autoridades do país para evitar a realização de planos
que urdiam contra nós; tentaram lançar fogo a todos os
nossos hospitais e diversas repartições. Felizmente até
hoje nada se tem dado. Além disto, a nossa situação é
ainda agravada pela revolução que se prepara com o
fim de fazer descer do governo desta província o atual
governador D. Evaristo Lopes. O corpo provisório
comandado pelo Tibúrcio tem sempre gente armada e
pronta a acudir a qualquer ponto atacado ao rebentar*

*a revolução. Enfim, tudo isto vai às mil maravilhas
(Teixeira Mendes, 1894, p. 140; Izecksohn, 2002,
p. 102).*

O ressentimento em relação aos aliados platinos não estava limitado à oficialidade de baixa patente. Mesmo o Marquês de Caxias, comandante em chefe das forças em operações, que aliava às capacidades militares uma longa experiência em negociações com as lideranças platinas, também expressou seu descontentamento com a colaboração das forças argentinas e uruguaias. Em confidencial ao ministro da Guerra datada de maio de 1868 (portanto, mais de um ano após os acontecimentos relatados por Constant), Caxias ainda se referia com expressões pouco elogiosas à contribuição argentina e uruguiaia, ao mesmo tempo que procurava apontar as razões para a manutenção da aliança:

*Não precisamos das forças argentinas nem dos orien-
tais, ainda mesmo que não fossem como são tão insigni-
ficantes, para vingarmos completamente as injúrias
feitas ao nosso pavilhão; mas vossa excelência há-de
seguramente concordar comigo, sobre o terrível efeito
moral que causará a retirada do teatro de guerra das
forças aliadas, e o partido que dessa circunstância po-
derá tirar o nosso inimigo comum – o ditador López.¹⁸*

A atitude de Caxias deve ser considerada a partir da sua posição como condestável do partido Conservador, agremiação política pouco simpática à aliança com os argentinos. Em meados de 1868, já era possível a Caxias defender a aliança unicamente por sua importância simbólica. Dificilmente o mesmo poderia ser dito um ano antes, quando as províncias argentinas desempenharam um papel fundamental em relação ao abastecimento de víveres, essencial para a sobrevivência de um exército de grandes proporções. Além disso, Corrientes e Misiones constituíram não apenas cabeças de ponte para a invasão, como também pontos de apoio para os feridos e para a estocagem de material bélico.

A neutralização da possibilidade de uma revolta em Corrientes foi uma tarefa que o exército brasileiro acabou tendo que cumprir. Isso aconteceu pelas circunstâncias da guerra, aliadas à dificuldade das forças argentinas para atuar em duas frentes, levando o exército brasileiro a desempenhar o papel de aliado interno do governo de Mitre como única alternativa aceitável para o prosseguimento da campanha. Uma posição que se confirma pela leitura de

¹⁷ João Lustosa da Cunha Paranaguá para Homem de Mello. Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1867 (AHRs, Códice B1070 - Avisos do Ministério da Guerra).

¹⁸ Marquês de Caxias para João Lustosa da Cunha Paranaguá. Para-Cué (Paraguai), 14 de setembro de 1868 (AN, Confidenciais e cartas da campanha do Paraguai, códice 924, p. 10-11).

um ofício do Ministério dos Estrangeiros, subscrito por José Antonio Saraiva e dirigido a Francisco Octaviano de Almeida Rosa, plenipotenciário brasileiro junto aos países do Prata. Este documento fornece uma visão bastante precisa do pensamento do governo imperial em relação tanto às operações militares contra o Paraguai como à situação interna da Argentina:

Acredita o governo imperial, entretanto, que a ilustração do general Mitre lhe fará conhecer também toda a benéfica influência que a consecução dos fins da Aliança há de exercer na consolidação da ordem do seu país, e que não poderá o governo dessa república deixar de compenetrar-se de que, quanto mais breve for a derrota do general López, menores serão as dificuldades que terá de vencer no empenho de regularizar a ação dos partidos internos da república.¹⁹

Em junho de 1867, 400 soldados brasileiros desembarcaram em Corrientes. Esse contingente foi capaz de controlar a situação e assegurar a “lealdade” da província ao esforço de guerra, neutralizando uma possível reação. O ano-chave da campanha, portanto, seria 1867: enquanto as tropas comandadas por Mitre debelavam a insurreição em Cuyo, o Marquês de Caxias reorganizava as forças da Tríplice Aliança, que tomariam a fortaleza de Humaitá, abrindo o caminho para a vitória. Ironicamente as circunstâncias da campanha compeliram o governo imperial a reforçar a autoridade central argentina na região, em favor da subordinação provincial a um poder centralizado. A colaboração das forças brasileiras para o reforço da autoridade de um adversário tradicional foi um efeito não antecipado do esforço de guerra. Tratou-se de uma opção do comando estratégico durante os meses nos quais a campanha se encontrou paralisada devido à derrota em Curupaity. Essa opção pode ser justificada levando em consideração as difíceis condições enfrentadas numa linha de frente que tinha como base o território de outra nação, com uma longa história de contenciosos internos.

Ao contrário dos augúrios pessimistas de Alberdi, o Brasil não incorporou o norte argentino, nem sua influência perdurou na região. Isso não impediu o Império de descumprir o Tratado da Tríplice Aliança, ao fazer um tratado em separado com um governo paraguaio criado para essa finalidade. Ao final da guerra, as tropas imperiais retornaram ao país, enquanto um pequeno contingente permaneceria por mais seis anos na república guarani. O fornecimento ajudou a enriquecer comerciantes argen-

tinis sediados em Buenos Aires, decresceu a influência das províncias, a sucessão de presidentes ocorreu sem grandes traumas até a década de 1880. Essa estabilidade, ainda que precária, contrastou com o período antecedente, estabelecendo as bases para a cristalização de um governo central robusto²⁰.

Concluindo

Na segunda metade da década de 1860, a situação institucional da república era bastante delicada. Muitos líderes provinciais criticavam abertamente a liderança portenha e o domínio econômico dos políticos, fazendeiros e comerciantes de Buenos Aires sobre o restante do país. Os dissidentes e seus seguidores se batiam por uma concepção federalista da organização nacional argentina, contrária à centralização proposta pelos unitários. A falta de coesão entre as diferentes visões dos federalistas contribuiu para a série de derrotas daquela corrente ao longo da década.

Os esforços de guerra argentinos exacerbaram conflitos políticos que a paz de 1861 tornara latentes, ameaçando a república com novas rebeliões provinciais que incorporavam a resistência ao recrutamento a uma desconfiança atávica em relação às políticas do governo central. O início do recrutamento em larga escala despertou reclamações sobre a opressão provincial que muitas vezes paralisaram o processo, levando ao recrutamento de mercenários. Por volta de 1868, estrangeiros, principalmente belgas e italianos, constituíam uma porcentagem importante das tropas argentinas, mas então as revoltas provinciais já tinham sido derrotadas.²¹ Ulrich Lopacher, um imigrante suíço enganado por seus recrutadores, deixou um dos mais precisos testemunhos da situação dos soldados argentinos no *front* ao descrever sua chegada à região do Chaco, próxima a Humaitá:

A orillas de estero nos esperaban los compañeros del campamento, dándonos señales corrían curiosos a recibirnos y nos saludaran; parecían espíritus; enflaquecidos por el hambre, achicados; se lamentaban despotricando de la vida de perros o de esclavos que llevaban, de la arbitrariedad reinante tanto abajo como arriba y del absoluto desconocimiento de los derechos humanos (Tobler e Lopacher, 1969, p. 20-21).

Para os unitários, a guerra promoveu a oportunidade de derrotar os adversários federalistas no interior

¹⁹ José Antonio Saraiva para Francisco Octaviano de Almeida Rosa. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1865 (AN, Códice 551).

²⁰ Exceção feita à crise interna que permitiu que uma aliança entre Domingo Faustino Sarmiento e os militares desalojasse a facção mitrista no partido Liberal, derrotando o candidato oficial, Rufino de Elizalde (McLynn, 1979).

²¹ Essa situação foi constatada por um observador estrangeiro, o explorador Richard Burton, que acompanhou as etapas finais da Guerra do Paraguai (Burton, 1870, p. 325, 362).

e seus aliados no Uruguai e no Paraguai, livrando-se simultaneamente de ameaças externas e internas ao seu projeto de construção do Estado. A presença do presidente Mitre como comandante das tropas da Tríplice Aliança foi funcional às forças centrípetas argentinas na sua longa luta pela consolidação do projeto nacional unitário. Dessa forma, para a Argentina, a guerra contra o Paraguai foi, simultaneamente, um conflito externo e uma guerra civil que envolveu a questão da lealdade nacional de uma forma muito mais intensa que no Brasil, pois no Império a questão da integridade territorial estava consolidada desde o final da década de 1840. Esse encaminhamento decorreu principalmente da evolução dos acontecimentos no Prata, uma região na qual o processo de formação dos Estados nacionais ocorria simultaneamente ao fortalecimento da influência de grupos modernizadores nas capitais (Herrera, 1943; Peña, 1975; Pomer, 1980, p. 227-324).

Mas oportunidade e ação são coisas diferentes e as primeiras fases da guerra constituíram dura prova para a capacidade da liderança nacional: organizar um exército eficiente e se fazer obedecida pelas lideranças das várias províncias constituíram tarefas difíceis de executar para um governo carente do monopólio do uso da força. Nesse sentido, a presença do contingente militar brasileiro no norte da Argentina liberou forças para combate aos bolsões de resistência interna, dissuadindo outras lideranças a aderir às revoltas de Cuyo. Sem a ocupação brasileira do litoral, o Estado nacional teria enfrentado dificuldades maiores para impor sua direção às províncias e provavelmente teria que ceder terreno para os grupos que demandavam uma paz a qualquer preço. Nesse sentido, a articulação entre brasileiros e argentinos contribuiu para o desenvolvimento institucional de um governo central, que enfrentava grandes obstáculos para a execução de sua autoridade. A despeito de todos esses problemas, a guerra foi positiva para a perspectiva centralista, pois, como observou Maria Victoria Baratta: “El Estado liberal nacional argentino fue el gran vencedor de esta contienda. La guerra le proporcionó una oportunidad de acallar la disidencia interna y consolidar el Estado nacional con el dominio de Buenos Aires” (Baratta, 2015, p. 206).

Os custos da vitória foram altos. A repressão à *montonera* de Varela custou ao Estado argentino metade dos gastos do país com a Guerra do Paraguai. O resultado da guerra e da repressão interna foi um Estado nacional fortalecido, que dissuadiria futuras tentativas de sedição armada.²² As campanhas militares da década de 1860 preparam o caminho para as obras de infraestrutura e o aumento das exportações no plano interno. No plano

externo, o regime conseguiu derrubar os blancos no Uruguai e, após forjar uma aliança com o Brasil, destruir o Paraguai. Ambas as facetas do processo de construção do Estado foram instrumentais para a homogeneização e a consolidação do poder das oligarquias pró-unitárias, alterando as configurações regionais de poder em favor de uma ordem centralizada. Os conflitos regionais não estavam resolvidos, mas um grande passo havia sido dado.

Referências

- ABENTE, D. 1987. The War of the Triple Alliance: Three Explanatory Models. *Latin American Research Review*, 22(2):47-69.
- ALBERDI, J.B. 1990. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires, Editorial Plus Ultra, 332 p.
- ALBERDI, J.B. 1988. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires, Hispanoamérica, 247 p.
- ADELMAN, J. 2006. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton, Princeton University Press, 407 p.
- BARATTA, M.V. 2015. La Guerra del Paraguay y la República Argentina (1864-1870). In: F. LORENZ (ed.), *Guerras de la Historia Argentina*. Buenos Aires, Ariel, p. 205-220.
- BOSH, B. 1998. *En la Confederación Argentina, 1854-1861*. Buenos Aires, Eudeba, 324 p.
- BOTANA, N. (ed.). 1990. *Correspondencia Mitre-Urquiza, 1860-1868*. Buenos Aires, Museo Mitre, vol. III, 170 p.
- BREZZO, L. 2011. *Juan Emiliano O'Leary: El Paraguay convertido en acero de pluma*. Buenos Aires, El Acero, 151 p.
- BURTON, R.F. 1997. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Bibliex, 408 p.
- CAPDEVILA, L. 2010. *Una guerra total: Paraguay, 1864-1870*. Asunción, SB, 542 p.
- CENTENO, M.A. 2002. *Blood and Debt: War and the Nation State in Latin America*. University Park, The Pennsylvania State University Press, 329 p.
- CHIARAMONTE, J.C. 2007. *Ciudades, provincias, estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires, Emecé Editores, 261 p.
- CRESPO, H. 2014. ‘Con profundo dolor...’ La campaña de Juan Bautista Alberdi en la Guerra de Triple Alianza contra el Paraguay”. In: G. PALACIOS; E. PANI (org.), *El Poder y La Sangre: Guerra, Estado y Nación en la Década de 1860*. México, D.F., El Colegio de México, p. 279-312.
- DAVIS, D.E.; PEREIRA, A. (org.). 2003. *Irregular Armed Forces and Their Role in Politics and State Formation*. Cambridge, Cambridge University Press, 419 p.
- DE LA FUENTE, A. 2005. ‘Gauchos’, ‘Montoneros’ y ‘Montoneras’. In: N. GOLDMAN; R. SALVATORE (org.), *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires, Eudeba, p. 267-292.
- DE LA FUENTE, A. 2007. *Los hijos de Facundo: Caudillos y montoneras en la Provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado Nacional Argentino (1853-1870)*. Buenos Aires, Prometeo

²² Para a revolta radical da década de 1880 e a posterior federalização da cidade de Buenos Aires, ver Sabato (2008).

- Libros, 266 p.
- DORATIOTO, F.M. 2002. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Cia. das Letras, 627 p.
- ERTMAN, T. 1997. *Birth of the Leviathan: Building States and Regimes in Medieval and Early Modern Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 363 p.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511529016>
- GARAVAGLIA, J.C. 2007. *Construir el estado, inventar la nación: El Río de La Plata, siglos XVIII-XIX*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 405 p.
- GELMAN, J. 2009. *Rosas bajo fuego: Los franceses, Lavalle y la Rebelión de los Estancieros*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 218 p.
- HALPERÍN DONGHI, T. 1979. *Revolución y guerra: Formación de una élite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 404 p.
- HALPERÍN DONGHI, T. 1982. *Guerra y finanzas en las orígenes del Estado Argentino (1791-1850)*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 251 p.
- HERRERA, L.A. 1943. *El drama del 65 (La culpa mitrista)*. Buenos Aires, Homenaje, 533 p.
- IZECKSOHN, V. 2002. *O cerne da discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro, E-Papers, 201 p.
- LEMONS, R. 1999. *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro, IPHAN, 219 p.
- LEVI, M. 1997. *Consent, Dissent, and Patriotism: Political Economy of Institutions and Decisions*. Cambridge, Cambridge University Press, 255 p. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511609336>
- LYNCH, J. 2001. As repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai. In: L. BETHELL (ed.), *História da América Latina: Da Independência a 1870*. São Paulo, Edusp, vol. III, p. 625-694.
- MANN, M. 1992. O poder autônomo dos Estados: Suas origens, mecanismos e resultados. In: J. HALL (org.), *Os Estados na História*. Rio de Janeiro, Imago, p. 163-204.
- MATHEUS, M.S. 2012. *Fronteiras da liberdade: Escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo, Oikos/Editora Unisinos, 346 p.
- McLYNN, F.J. 1982. Economic trends and policies in Argentina during the Mitre presidency. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 19:267-268.
<https://doi.org/10.7788/jbla-1982-0114>
- McLYNN, F.J. 1980. Political Instability in Córdoba Province during the Eighteen-sixties. *Iberoamericanisches Archiv*, 6(3):251-269.
- McLYNN, F.J. 1979. The Argentinean Presidential Election of 1868. *Journal of Latin American Studies*, 11(2):302-323.
<https://doi.org/10.1017/S0022216X00021672>
- McPHERSON, J. 1988. *The Battle Cry of Freedom: The Civil War Era*. New York, Oxford University Press, 904 p.
- MENEGAT, C. 2017. Pecuaristas brasileiros no Uruguai: soberania e cidadania em meados do século XIX. In: J. VARGAS (org.), *Belicosas fronteiras: Contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre, Editora Fi, p. 365-378.
- MONIZ BANDEIRA, L.A. 1998. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da Triplíce Aliança*. Brasília, Editora da UnB, 250 p.
- OSZLAK, O. 1982. *La formación del Estado Argentino*. Buenos Aires, Editorial Belgrano, 336 p.
- OSZLAK, O. 1981. The Historical Formation of the State in Latin America: Some Theoretical and Methodological Guidelines for Its Study. *Latin American Research Review*, 16(2):3-31.
- PEÑA, M. 1975. *La Era de Mitre: De Caseros a la Guerra de la Triple Infamia*. Buenos Aires, Ediciones Fichas, 108 p.
- PHELPS, G. 1975. *Tragedy of Paraguay*. London, Charles Knight & Co. 288 p.
- PIVEL DEVOTO, J.E. 1949. Uruguay independiente. In: A.B. BERTTA (ed.), *Historia de América y de los pueblos americanos*. Barcelona, Salvat Editores, Tomo XXI, p. 403-638.
- POMER, L. 1980. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. São Paulo, Global Editora, 322 p.
- ROCK, D. 1965. *Argentina, 1516-1982: From Spanish Colonization to the Falklands War*. Berkeley, University of California Press, 511 p.
- ROMERO, L.A. 1978. Decadencia regional y declinación urbana en el interior argentino. *Revista Paraguaya de Sociología*, 15(42-43):47-56.
- SABATO, H. 2008. *Buenos Aires en armas: La revolución de 1880*. Buenos Aires, Siglo XXI, 333 p.
- SABATO, H. 2014. La fuerza de las armas: Estado, guerra y revoluciones en la Argentina de la década de 1860. In: G. PALACIOS; E. PANI (ed.), *El poder y la sangre: Guerra, Estado y nación en la década de 1860*. México, El Colegio de México, p. 259-277.
- SCHEINA, R. 2003. *Latin America's Wars: The Age of the Caudillo, 1791-1899*. Washington, Potomac Books, vol. 1, 569 p.
- SCHMIT, R. 2010. El poder político entrerriano en la encrucijada del cambio, 1861-1870. In: B. BRAGONI; E. MÍGUEZ (ed.), *Un nuevo orden político: provincias y Estado Nacional, 1852-1880*. Buenos Aires, Editorial Biblos.
- SEGRETE, C.A. 1971. Mitre y los Taboada. *Investigaciones y Ensayos*, 11:231-268.
- SHUMWAY, N. 2001. *The Invention of Argentina*. Berkeley, University of California Press, 325 p.
- TEIXEIRA MENDES, R. 1894. *Benjamin Constant – esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da república brasileira*. Volume II, Peças Justificativas. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.
- TILLY, C. 1985. War Making and State Making as Organized Crime. In: P. EVANS; D. RUESCHMEYER; T. SKOCPOL (ed.), *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 169-190. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511628283.008>
- TOBLER, U.; LOPACHER, A. 1969. *Un suizo en la Guerra del Paraguay*. Asunción, Editorial del Centenario, S.R.L., 82 p.
- WHIGHAM, T. 2002. *The Paraguayan War: Volume 1: Causes and Early Conduct*. Lincoln, University of Nebraska Press, 521 p.

Fontes primárias

- ARQUIVO NACIONAL (AN). Rio de Janeiro.
ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs).
Porto Alegre.

Submetido: 05/06/2017
Aceito: 26/09/2017